

Revisão Sistemática sobre Trabalho, Racismo e Sofrimento Psíquico no Contexto Brasileiro

Ana Verônica de Alencar¹

¹Universidade Estadual da Paraíba, PB, Brasil.

Edil Ferreira da Silva²

²Universidade Estadual da Paraíba, PB, Brasil.

Resumo: O objetivo deste artigo foi demonstrar, por meio de uma revisão sistemática, como a literatura acadêmica tem tratado a relação entre trabalho, racismo e sofrimento psíquico para o trabalhador negro. Para isso, procedeu-se a uma busca nas bases de dados de periódicos da Capes, SciELO, PePSIC, LILACS e Index Psi, partindo dos descritores “racismo”, “trabalho”, “sofrimento psíquico” e “saúde mental”. O banco final do levantamento sistemático constou de 21 artigos, 12 empíricos e nove teóricos, publicados a partir de 1990. Realizou-se análise temática dos artigos e foram destacadas quatro categorias de análise. A análise dos dados revelou a presença de artigos com vertentes diferenciadas a partir de diversas disciplinas, como: sociologia, política, educação, psicologia, serviço social, literatura e linguística. Destes, só foram encontrados dois artigos que abordavam a relação entre racismo e sofrimento psíquico nas relações intersubjetivas de trabalho, constatando-se a presença de artigos que se referem à discriminação racial sofrida por profissionais negros na área docente. Outros artigos selecionados abordaram temas como: as dificuldades de inserção do negro no mercado de trabalho formal, os padrões distintos de rendimentos entre negros e brancos, as dificuldades de ascensão social do trabalhador negro, as categorias gênero e raça como agravante da discriminação nas relações de trabalho e as estratégias de luta para enfrentar e superar as desvantagens sociais e de trabalho. Os resultados mostram uma lacuna e um território fecundo para investigação das demandas psíquicas que circundam as relações de trabalho do indivíduo negro.

Palavras-chave: Racismo, Relações Intersubjetivas de Trabalho, Sofrimento Psíquico, Revisão Sistemática.

Systematic Review about Work, Racism and Psychic Suffering in the Brazilian Context

Abstract: This systematic review sought to show how the academic literature has been treating the relationship between work, racism, and psychic suffering in the perspective of the Black worker. This review searched for articles by using the descriptors ‘racism’, ‘work’, ‘psychic suffering’, and ‘mental health’ on the databases CAPES, SciELO, PePSIC, LILACS, and Index Psi. Twenty-one articles from different research fields – Sociology, Politics, Education, Psychology, Social Service, Literature, and Linguistics – published up from 1990 comprised the final sample: 12 empiric and nine theoretical. After a thematic analysis, the articles were subdivided into four categories of analysis. Only two articles addressed the association between racism and psychic suffering on intersubjective labor relations. Some articles approached the racial discrimination suffered by Black professionals on the teaching area, whereas the others addressed themes such as the difficulties faced by Black people in entering the labor market; racial income inequality; disadvantages on social mobility for the Black worker; gender and race as aggravating factors for discrimination in the workplace; and strategies to face and overcome social and labor-related

disadvantages. Our results indicate a gap and a fecund territory for investigating the psychic demands rising from the labor relations surrounding the Black individual.

Keywords: Racism. Intersubjective Labor Relations. Psychic Suffering. Systematic Review.

Revisión Sistemática sobre Trabajo, Racismo y Sufrimiento Psíquico en el Contexto Brasileño

Resumen: El objetivo de este artículo fue mostrar, a partir de una revisión sistemática, cómo la literatura académica ha tratado la relación entre trabajo, racismo y sufrimiento psíquico en el trabajador negro. Para esto, se realizó una búsqueda en las bases de datos Capes, SciELO, PePSIC, LILACS e Index Psi, utilizando los descriptores “racismo”, “trabajo”, “sufrimiento psíquico” y “salud mental”. El banco final del levantamiento sistemático consistió de 21 artículos –12 empíricos y nueve teóricos – publicados desde 1990. Se realizó análisis temáticos de los artículos, del cual se destacó cuatro categorías de análisis. El análisis de los datos mostró la presencia de artículos con vertientes diferenciadas de diversas disciplinas, como: sociología, política, educación, psicología, trabajo social, literatura y lingüística. De estos, solo se encontraron dos artículos que trataban la relación entre racismo y sufrimiento psíquico en las relaciones intersubjetivas de trabajo y se constató la presencia de artículos sobre la discriminación racial sufrida por profesionales negros del área de la docencia. Otros artículos seleccionados abordaron temas como: dificultades de insertar el negro en el mercado de trabajo formal, patrones distintos de ingresos entre negros y blancos, dificultades de ascenso social del trabajador negro, las categorías género y raza como agravante de la discriminación en las relaciones de trabajo, y estrategias de lucha para enfrentar y superar las desventajas sociales y de trabajo. Los resultados muestran una brecha y un campo fecundo para investigar las demandas psíquicas que rodean las relaciones de trabajo del individuo negro.

Palabras clave: Racismo, Relaciones Intersubjetivas de Trabajo, Sufrimiento Psíquico, Revisión Sistemática.

Revisão sistemática sobre trabalho, racismo e sofrimento psíquico no contexto brasileiro

No período mais recente da história do Brasil, a vivência da população negra com o trabalho é representada pelo emprego em ocupações ditas precárias, subalternizantes e de baixa qualificação profissional, o que indica uma rebaixada mobilidade social e um contínuo processo de proletarização. O marcador racial tende a designar lugares para os trabalhadores negros na estrutura produtiva, deduzidos por situações de discriminação não determinadas pelos critérios objetivos da produção e que prejudicam o trabalhador negro (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese], 2013).

No Brasil, a maioria dos trabalhos que os negros executam é de baixa qualificação, como serviços

braçais e atividades desprovidas de criatividade com condições de trabalho precárias, como a construção civil, além de estarem inseridos em uma organização do trabalho em que não são reconhecidos pelo que fazem, já que ocupam tarefas de assujeitamento e exploradoras. Essas características podem incidir nos aspectos subjetivos de sua vivência individual e social (Rocha & Brandão, 2013).

Segundo Ferreira e Camargo (2011), por conta das desvantagens experienciadas pelos trabalhadores negros ao serem tolhidos de exercitar sua cidadania e enfrentarem um processo de desproteção social e discriminação ao longo de sua vida de trabalho, esses trabalhadores acabam por assumir uma postura de silenciamento. Entendemos o silenciamento como uma estratégia defensiva dos negros trabalhadores para enfrentarem uma trajetória assinalada pelos impactos

da rejeição e da falsa aceitação social, construída em um cenário que obstaculiza o desenvolvimento de sua autonomia e o reconhecimento de seu fazer.

O reconhecimento potencializa a engenhosidade, a criatividade e a identidade. Assim, as percepções constantes do indivíduo sobre sua competência e seu valor podem influenciar permanentemente seu desempenho e satisfação assim como ampliar o sentido pessoal de realização (Pasquali, Szenészi, Santos, & Ferreira, 1981).

As respostas aos episódios cotidianos são demarcadas por quem somos e pelo que pensamos que somos, bem como pelo julgamento que os outros fazem sobre a contribuição que damos ao trabalho. Nas relações de trabalho, requisitos como autoconceito, valor pessoal de si e reconhecimento pelos outros são meios de acessar a subjetividade e a autoconfiança nos desafios cotidianos. Santos, Diogo e Shucman (2014) referem que o ambiente de trabalho tem sido um lugar adverso a diversidade, o que resulta em situações subalternas de inserção e em tratamento discriminatório com o trabalhador negro, o que reflete negativamente na autoestima e na autoimagem.

Entendemos que viver situações de trabalho em posição subalternizada e discriminada pode levar ao sofrimento no trabalho. Este tema vem sendo bastante abordado por Dejours (1994, 1999, 2011, 2012) no bojo da psicodinâmica do trabalho. Segundo Dejours, Jayet e Abdoucheli (1994), o sofrimento surge frente ao conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico dos trabalhadores.

Conforme a psicodinâmica do trabalho é na organização do trabalho que se estabelece a divisão do trabalho definidora do modo pelo qual o trabalho deve ser feito, bem como da repartição das responsabilidades entre os trabalhadores e da demarcação de todo o sistema de comando e controle da empresa. Para que o sofrimento, inerente a qualquer espaço de trabalho, não se torne patogênico e, ao contrário, seja fonte de criatividade e de prazer, é preciso que a organização do trabalho possibilite que o trabalhador dê sua contribuição, que realize o trabalho de forma coletiva e cooperativa, que maneje livremente suas regras de trabalho e que exista um espaço de discussão que possibilite o exercício de julgamento do fazer entre aqueles que vivem as situações de trabalho.

Segundo Dejours (1999, p. 34) “Ao não contar com os benefícios do reconhecimento do trabalho, o sujeito se confronta com seu sofrimento. Sofrimento absurdo, capaz de desestabilizar a identidade e causar

doenças mentais. Por isso, não há neutralidade no trabalho em relação à saúde mental”.

Compreendemos que o racismo é um dos aspectos componentes da organização do trabalho, já que é nela em que se atribui aos negros as tarefas mais degradantes e perigosas, assim como determina que o trabalhador negro ocupe, na maioria das vezes, as posições mais subalternas na escala hierárquica das empresas. Neste sentido, o contexto do trabalho tem sido para o trabalhador negro um espaço de efetivação de racismo e, como consequência, de produção de sofrimento em uma perspectiva mais adoecedora.

Queremos, portanto, trazer à baila esta questão por entender que o racismo não é somente um problema social, mas também é um problema de saúde para os trabalhadores negros e negras, já que o racismo tem múltiplas influências no desenvolvimento psíquico e na dinâmica social do indivíduo alvo de preconceito. O racismo evidenciado no trabalho pode ser produtor de problemas de saúde mental.

Segundo Guimarães (2002), o trabalho foi o espaço onde surgiu a maior quantidade de registros de queixas de racismo nas delegacias de crimes raciais. A desqualificação do outro como prática da intolerância na relação social no trabalho configura um modo de violência que intenta humilhar o sujeito e reduzi-lo a uma condição sub-humana, atacando-o em sua estética e identidade. O racismo e a violência simbólica contra os negros na esfera do trabalho levam-nos a internalizar um sentimento de inferioridade, que fortalece as situações de segregação e desigualdade laboral.

As diversas formas de discriminação e de humilhação social contra negros no trabalho se efetivam por meio de um racismo disfarçado. Por essa razão, a postura do trabalhador negro tem sido paradoxal, pois, de um lado, procura formas de resistir e de sobreviver; de outro, de se silenciar. Essa estratégia, ao mesmo tempo que lhes permite continuar trabalhando e manter sua saúde mental, leva à invisibilidade e ao não fortalecimento da identidade étnico-racial. Deixar de levar em consideração, no âmbito do trabalho, os marcadores de raça pode levar o trabalhador negro a vivenciar, permanentemente, dor e sofrimento. Como diz Dejours (1999), “as estratégias defensivas podem contribuir para tornar aceitável o que não deveria sê-lo” (p. 103).

O objetivo deste artigo é de expor, por meio de uma revisão sistemática, como a literatura acadêmica tem se posicionado sobre a relação entre trabalho,

racismo e sofrimento psíquico do trabalhador negro. Conforme Koller, Couto e Hohendorff (2014), investigar a produtividade científica de determinado fenômeno é sobremaneira importante, visto que ajuda a organizar e a analisar criticamente o tema pesquisado e a levantar evidências sólidas sobre ele.

Método

A revisão sistemática da literatura “consiste em um levantamento do que existe sobre um assunto e em conhecer seus autores” (Gonçalves, 2005, p. 58). É uma pesquisa de cunho qualitativa e de caráter descritivo e interpretativo. O levantamento da produção em artigos científicos tomou como referência cinco bases de dados: o portal de periódicos Capes, o Scientific Electronic Library Online (SciELO), os Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePISIC), o Index Psi e o LILACS. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) desempenha um papel fundamental na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, em todos os estados da federação.

As atividades da Capes podem ser agrupadas em diversas linhas de ação. Uma delas, utilizada para revisar este estudo, é o acesso à produção científica e sua divulgação; o Scielo, que é a outra fonte de dados deste trabalho, resulta de um projeto de parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePISIC) é uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde e Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e fruto da parceria entre o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), a Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) e o Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); o Index Psi Periódicos é um produto resultante da parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) cuja missão é ser a base indexadora da literatura publicada em periódicos científicos brasileiros sobre psicologia; e o índice LILACS é um componente da Biblioteca Virtual em Saúde em contínuo desenvolvimento, constituído de normas, manuais, guias e aplicativos destinados a

coletar, selecionar, descrever e indexar documentos e gerar bases de dados.

As duas primeiras bases de dados têm caráter multidisciplinar, as duas penúltimas englobam periódicos pertencentes à psicologia e a áreas afins e a última integra produções na área da saúde. Todas proporcionam acesso a um número considerável de coleções de periódicos e disponibilizam resumos, textos completos de artigos, dissertações, teses e e-books. O acesso, livre e gratuito, é feito nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente: <http://www.periodicos.capes.gov.br> e www.scielo.br, <http://pepsic.bvsalud.org/>, <http://www.bvs-psi.org.br/php/index.php>, e <http://lilacs.bvsalud.org/>.

A pesquisa foi concretizada durante o mês de julho de 2016. Inicialmente, realizou-se uma busca de dados em cada uma das bases pelos temas selecionados: trabalho, racismo, sofrimento psíquico e saúde mental. No levantamento, cada um desses quatro termos foi utilizado separadamente e combinados. O interesse, com essa revisão, foi o de compreender como a literatura, em especial a psicologia brasileira, tem estudado o racismo em suas relações com o trabalho. Isso é necessário para identificar lacunas nas atuais pesquisas e possibilitar novos estudos.

Para refinar e estabelecer uma amostra final de artigos foram adotados os seguintes critérios de inclusão: trabalhos publicados em periódicos brasileiros no idioma português sobre a temática racial no contexto do trabalho. Foram excluídos os artigos de periódicos internacionais, os que não contemplavam a temática do estudo e os que não estavam disponíveis para consulta na internet.

Optou-se por fazer um recorte temporal de publicações de 1990 até julho de 2016, em razão de ter sido na década de 1990 que se configurou efetivamente no Brasil a reestruturação produtiva que trouxe transformações profundas para o mundo do trabalho.

Depois de selecionados, os resumos de todos os artigos foram lidos, identificados e selecionados aqueles na área temática de interesse (trabalho, racismo, relações intersubjetiva de trabalho, sofrimento psíquico e saúde mental). Foram identificados 219 artigos (CAPES: 162; SCIELO: 30; PePISIC: 13; LILACS: 8; e Index Psi: 6), conforme apresentado na Figura 1. Na primeira triagem, foram excluídos 91 artigos duplicados nas bases de dados. Dos 128 restantes, 99 não atenderam aos critérios de inclusão e oito atenderam aos critérios de exclusão, ou seja, cinco desses textos completos não

estavam disponíveis na internet e três atendiam parcialmente à temática proposta, mas não respondiam isoladamente a alguns dos descritores e não atendiam ao que se pretendia alcançar durante a pesquisa. No final, acabaram incluídos na análise deste estudo 21 artigos.

A análise dos dados revelou a presença de artigos com vertentes diferenciadas em disciplinas como sociologia, política, educação, psicologia, serviço social, literatura e linguística. Os anos de publicação desses artigos abarcam o período de 1992 a 2014, conforme apresentado na Figura 1, embora tenham predominado publicações entre os anos de 2011 e 2014. De 1993 a 1998 e nos anos de 2000, 2001, 2003, 2005, 2007 e 2008, não foram localizados artigos com os descritores propostos na base de dados das fontes acima referidas.

Para analisar o material da pesquisa, foi realizada uma análise dos dados conforme a análise de conteúdo temática (Laville & Dionne, 1999), obedecendo às seguintes etapas: leitura completa de todos os artigos;

demarcação de unidades de sentido presentes nos artigos; elaboração de categorias temáticas; e a análise propriamente dita dos artigos. Tais categorias temáticas foram construídas por meio das similaridades temáticas dos textos estudados, o que proporcionou a concentração e a problematização de temas homogêneos das produções pesquisadas.

Da leitura completa dos artigos, resultou seu registro e classificação com base nas seguintes informações: identificação das principais áreas de conhecimento e do método de investigação (quantitativo, qualitativo, teórico). Da análise de conteúdo de temática, foram extraídas quatro categorias: a) mobilidade social e racismo: integração do negro no mercado de trabalho; b) diferenças salariais entre negros e brancos: informalidade, precarização e opressão na trajetória do trabalhador negro; c) sofrimento psíquico e intolerância: o corpo negro e a estética rejeitada no mercado de trabalho; e d) docência: racismo no interdito das relações escolares.

Figura 1
Fluxograma de seleção dos artigos.

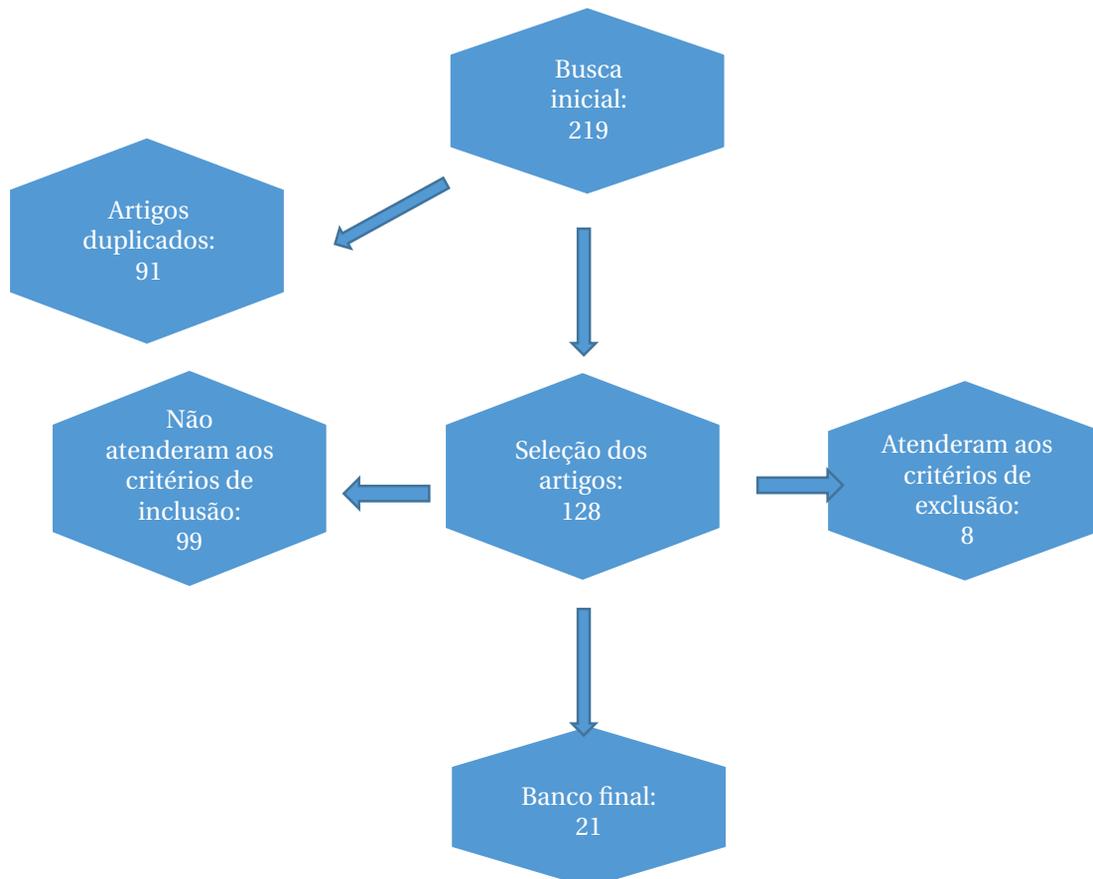
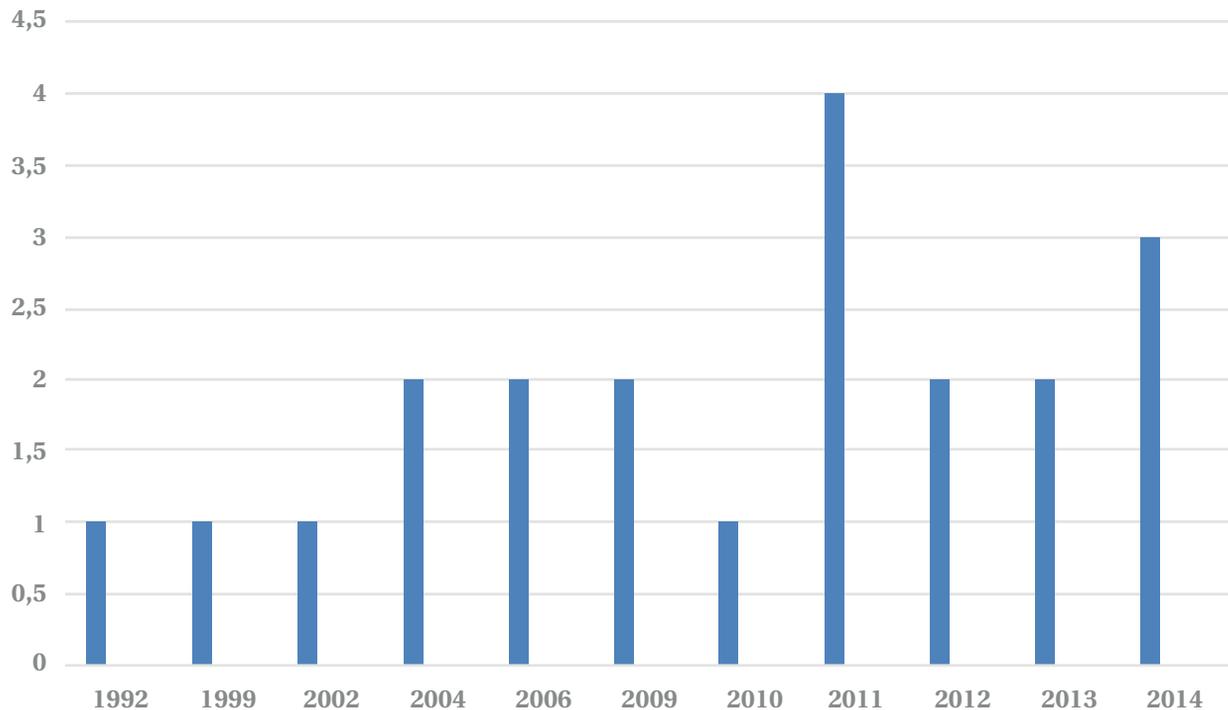


Figura 2
Quantidade de artigos por ano.



Resultados

Os resultados da revisão sistemática serão apresentados a seguir, levando-se em consideração as principais áreas e o tipo de estudo. Na sequência do texto serão expostas a descrição e análise das categorias temáticas.

No que se refere às áreas de conhecimento em que os artigos foram produzidos, o estudo mostrou que seis eram da área de educação; cinco, de psicologia; quatro, de sociologia; dois, de economia; um, de serviço social; um, de língua e literatura; um, de cognição e linguagem; e um, de saúde coletiva.

Os resultados demonstram que a área de educação responde pela maioria das publicações realizadas, com seis, seguida da área de psicologia, com cinco. Essas áreas estão implicadas em compreender e dar respostas significativas para o fenômeno racial no mercado de trabalho e nas relações intersubjetivas de trabalho. Sobre a área da educação, em que está o maior número de publicações, há os estudos de Carvalho (1999) e Silva (2012), que abordam o racismo moderno como constituinte de uma ideologia de dominação de uma classe sobre outra e situa a importância da educação formal e da carreira de magistério,

assim como de outras carreiras no serviço público, como projeto de ascensão social da população negra.

Na área da psicologia, destacam-se algumas produções que abordam, mesmo não diretamente, a relação entre trabalho e sofrimento psíquico (Ferreira, 2009; Reis Filho, 2006). Os autores enunciam que o racismo tende a eliminar da vida psíquica do negro todo o prazer de pensar e todo pensamento de prazer e a interferir no processo de construção da identidade do indivíduo desde a infância.

Os dados da revisão evidenciaram que, dos artigos selecionados, apenas quatro abordavam a questão do racismo no ambiente de trabalho (Cruz & Ramos Júnior, 2013; Ferreira, 2009; Ferreira & Camargo, 2011; Reis Filho, 2006). Esses artigos trazem à tona as subjetividades do trabalhador negro, porém sem apontar nexos causais entre trabalho, racismo e sofrimento psíquico. Os estudos voltados para a questão racial e o trabalho apresentaram diferentes metodologias de pesquisa: dos 21 artigos, doze foram pesquisas empíricas e, destas, onze eram qualitativas e uma multimétodos (quantitativa e qualitativa), assim como nove eram pesquisas com tipologia de ensaios teóricos.

Tabela 1
Descrição dos artigos

Autoria/Ano	Título	Periódico	Tipo de Estudo	Principais Áreas	Objetivos
Santos e Silva (2013)	“À luz da raça na empresa de Petróleo”	<i>Vértices</i>	Qualitativa	Interdisciplinar	Discutir a dinâmica da inserção do negro no mercado de trabalho nas plataformas Petrolíferas da Bacia de Campos.
Martins (2014)	“Determinações do racismo no mercado de trabalho: Implicações na “questão social” brasileira”	<i>Temporalis</i>	Teórica	Serv. Social	Analisar o racismo no mercado de trabalho, partindo dos processos sociais reais da sociedade brasileira para apreender as determinações do racismo, ao determinar o “lugar” do(da) negro(a) na informalidade, no desemprego e nas relações de trabalho precárias.
Silva e Bertolo (2010)	“O racismo como subproduto de uma sociedade de classes”	<i>Espaço Acadêmico</i>	Teórica	Interdisciplinar	Analisar o racismo como um subproduto em que a classe dominante explora o trabalhador e, dentre estes, seleciona a partir da cor e de outros traços morfológicos uma imensa parcela da população para exercer certos trabalhos tidos como trabalhos inferiores.
Zamora (2012)	“Desigualdade racial, racismo e seus efeitos”	<i>Fractal: Revista de Psicologia</i>	Teórica	Psicologia	Discutir as noções de raça, racialismo e racismo para produzir uma reflexão sobre alguns dados concretos sobre a desigualdade racial no Brasil.
Guimarães (2002)	“Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil”	<i>Cadernos Pagu</i>	Teórica	Interdisciplinar	Documentar a existência de padrões distintos de desigualdades nos rendimentos auferidos no trabalho entre grupos de sexo e cor, no Brasil, analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para os anos de 1989 e 1999.
Carvalho (1999)	“A história de Alda: ensino, classe, raça e gênero”	<i>Educação e Pesquisa</i>	Qualitativa	Educação	Analisar a trajetória de vida e a prática pedagógica de uma professora das séries iniciais de uma escola pública da cidade de São Paulo, acentuando o sentido plural das diversas formas de feminilidade, suas articulações com relações de classe e raça.

continua...

...continuação

Autoria/Ano	Título	Periódico	Tipo de Estudo	Principais Áreas	Objetivos
Ferreira e Camargo (2011)	“As relações cotidianas e a construção da identidade negra”	<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	Qualitativa	Psicologia	Ressaltar alguns processos aos quais a pessoa negra está submetida na construção de sua identidade, enfatizando aqueles que ocorrem em situações cotidianas principalmente na família, na escola e no trabalho, que reproduzem normas sociais dominantes.
Cecchetto e Monteiro (2006)	“Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina”	<i>Revista Estudos Feministas</i>	Quantitativa e Qualitativa	Interdisciplinar	Abordar a temática da discriminação e do racismo entre jovens cariocas, analisando as percepções, vivências e reações do grupo diante das situações de preconceito e a participação em projetos voltados para a formação da cidadania e capacitação profissional.
Santos e Scopinho (2011)	“Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho”	<i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i>	Teórica	Psicologia	Compreender como as construções racistas estabeleceram, histórica e socialmente, um acordo simbólico em que os negros permanecem às margens da sociedade e encontram dificuldades para existirem como sujeitos de direitos, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho.
Santos, Diogo e Shucman (2014)	“Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça”	<i>Cadernos de Psicologia Social do Trabalho</i>	Teórica	Psicologia	Analisar o entrelaçamento das categorias trabalho, gênero e raça, visibilizando os arranjos sociais responsáveis pela criação de um não lugar destinado as mulheres, negros e, particularmente, às mulheres negras.
Castro e Barreto (1992)	“Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais”	<i>Revista Brasileira de Estudos de População</i>	Teórica	Demografia e população	Discutir o tema das desigualdades no mercado de trabalho a partir do acesso de negros a ocupações valorizadas do trabalho industrial moderno.
Biderman e Guimarães (2004)	“Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989–1999)”	<i>Revista Estudos Feministas</i>	Teórica	Interdisciplinar	Analisar o nível de discriminação prevalente no mercado de trabalho, entre negros e brancos, homens e mulheres.

continua...

...continuação

Autoria/Ano	Título	Periódico	Tipo de Estudo	Principais Áreas	Objetivos
Chadarevian (2011)	“Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho”	<i>Revista de Economia Política</i>	Teórica	Economia Política	Medir a desigualdade racial na estrutura ocupacional do mercado de trabalho.
Reis Filho (2006)	“Negritude e sofrimento psíquico”	<i>Pulsional – revista de psicanálise</i>	Qualitativa	Psicanálise	Discutir a questão do negro no Brasil como um sintoma social e individual que acarreta sofrimento psíquico para o sujeito de cor negra.
Souza (2009)	“Ações afirmativas: inclusão de negros no mercado de trabalho por “cotas Raciais” e o significado de sua presença nos estabelecimentos públicos do Paraná”	<i>Sociologia e política</i>	Qualitativa	Política	Analisar as experiências e estratégias formais e informais vigentes no processo de inclusão de negros, por meio de “cotas raciais” em concursos públicos do Paraná, bem como a presença e o significado dos negros nos estabelecimentos públicos.
Figueiredo (2004)	“Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira”	<i>Cadernos Pagu</i>	Qualitativa	Interdisciplinar	Abordar o significado da mobilidade social para empresários negros que fazem parte da classe média a partir do relato das trajetórias de mobilidade e do significado da cor nesse processo.
Brito (2011)	“Educação e Relações Étnico-Raciais: desafios e perspectivas para o trabalho docente”	<i>Educação em Foco</i>	Qualitativa	Educação	Discutir a Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história da África e culturas afro-brasileiras nas etapas e modalidades da educação básica, identificando alguns desafios postos para a atividade dos professores, descrevendo a formação docente e as práticas pedagógicas pautadas pelo reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.
Cruz e Ramos Júnior (2013)	“Eu era a única professora negra na escola de inglês: histórias de vida de professoras negras de Imperatriz – MA”	<i>Antares: letras e humanidades</i>	Qualitativa	Literatura e linguística	Estudar as histórias de vida de dez professoras negras de inglês do interior do Maranhão.

continua...

...continuação

Autoria/Ano	Título	Periódico	Tipo de Estudo	Principais Áreas	Objetivos
Silva(2012)	“Vivências iniciantes de um professor negro na educação infantil”	<i>Revista África e Africanidades</i>	Qualitativa	Educação	Discutir teoricamente vivências, bem como indicar caminhos a professores homens negros que atuam em cursos e formação inicial.
Carvalho e Silva (2014)	“Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente”	<i>Poiésis</i>	Qualitativa	Educação	Analisar a trajetória da professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), para ampliar a compreensão dos significados de ser docente negra na USP hoje.
Ferreira (2009)	“Histórias de Professores de Línguas e Experiências com Racismo: uma reflexão para a formação de professores”	<i>Espéculo</i>	Qualitativa	Literatura	Discutir questões acerca de como alguns professores negros e brancos passaram por experiências relacionadas às questões de raça e etnia.

Análise das categorias temáticas

Depois de feita a leitura dos artigos e sua sistematização de acordo com os descritores utilizados, foram definidas quatro categorias temáticas: “Mobilidade social e racismo: integração do negro no mercado de trabalho”; “Diferenças salariais entre negros e brancos: informalidade, precarização e opressão na trajetória do trabalhador negro”;

“Sofrimento psíquico e intolerância: o corpo negro e a estética rejeitada no mercado de trabalho”; e “Docência: racismo no interdito nas relações escolares”. Por meio dessas categorias, objetiva-se demonstrar como os autores dos artigos selecionados abordaram as situações de trabalho do sujeito negro, o racismo e suas repercussões na vida ocupacional, nos salários e na saúde física e mental.

Tabela 2

Descrição das classes temáticas.

Categorias temáticas	Frequência de artigos	Tipo de Estudo				Principais Áreas
		Quantitativo	Qualitativo	Multimétodo	Teórico	
Mobilidade social e racismo: integração do negro no mercado de trabalho	8	—	3	—	5	Interdisciplinar Serviço Social Política Demografia e População Economia
Diferenças salariais entre negros e brancos: informalidade, precarização e opressão na trajetória do trabalhador negro	2	—	—	—	2	Interdisciplinar

continua...

...continuação

Categorias temáticas	Frequência de artigos	Tipo de Estudo				Principais Áreas
		Quantitativo	Qualitativo	Multimétodo	Teórico	
Sofrimento psíquico e intolerância: o corpo negro e a estética rejeitada no mercado de trabalho	4	—	1	1	2	Interdisciplinar Psicanálise Psicologia
Docência: o racismo no interdito das relações escolares	7	—	7	—	—	Educação Psicologia Literatura Linguística

Mobilidade social e racismo: integração do negro no mercado de trabalho

Nessa categoria, incluíram-se os trabalhos que abordam a inserção do negro no mercado de trabalho, suas adversidades e o modo como se configurou o processo de inclusão gradativa no mercado que contribuiu, em alguns aspectos, para que uma pequena parcela de negros ascendesse socialmente no mundo do trabalho.

Foram classificados oito artigos nessa categoria, por enunciarem a complexa relação entre as diferenças étnico-raciais e a inclusão do negro nos ambientes produtivos, marcados por uma trajetória de organização e de luta. A pesquisa de Santos e Silva (2013) aborda o racismo e sua diversidade no mundo do petróleo assim como as contradições no cotidiano dos negros que adentram profissões consideradas exclusivas para os brancos, visto que os negros no mercado petrolífero em geral estão alocados em atividades operacionais, ou seja, braçais.

O artigo de Martins (2014) evidencia a grande concentração de negros proletários e em empregos precários e marginalizados. Martins (2014) afirma que a história do negro, no mercado “formal”, sempre foi marcada por ocupação de lugares subalternos. Eles estão na informalidade, no desemprego – que não atinge igualmente brancos e negros –, nas relações de trabalho precárias e no impedimento de ter acesso à proteção social. Este autor afirma que o racismo fortaleceu os mecanismos que apontam para um percurso de desemprego para a população negra.

Esse tema é abordado no artigo de Figueiredo (2004), que entende o racismo como um elemento fortemente presente no que diz respeito tanto ao desemprego quanto ao fato de o negro começar a ocupar

funções que possibilitam certa mobilidade social. Ao analisar as falas de empresários negros que fazem parte da classe média, a autora assevera que o racismo se manifesta, principalmente, quando pessoas brancas demonstram desconfiança e preconceito contra os negros que participam de atividades sociais consideradas como de classe média. Determinados espaços, como clubes, escolas particulares para os filhos, residências em localidades privilegiadas da cidade, entre outros equipamentos, foram socialmente construídos para que eles não pudessem desfrutar desses bens sociais e simbólicos que representam aquisição de poder. De algum modo, a mobilidade social está historicamente vinculada a estratégias individuais de ascensão, exceto àquelas de indivíduos membros de um grupo marginalizado.

Figueiredo (2004) cita um dado curioso em relação ao racismo no mercado de trabalho e à mobilidade social: o fato de poucos entrevistados terem manifestado reação de denúncias e enfrentamento de práticas discriminatórias advindas do racismo. O que foi verificado, também, por Guimarães (2002) que observou essa falta de reação do negro no contexto de trabalho. Sua análise aponta que essa postura é um resultado “natural” que configura o silenciamento, fruto da nossa construção identitária pautada no ideal da mestiçagem. No espectro da modernidade industrial, essa invisibilidade das discriminações e das desigualdades se aprofundou.

O “novo paradigma” da organização e da gestão do trabalho alterou algumas situações em relação aos novos postos de trabalho, mas a diferença salarial entre brancos e negros continuou. No entanto, Guimarães chama à atenção para o fator “educação”, em que as mulheres negras apresentam um

nível escolar mais elevado do que os homens negros. A autora, assim como Santos et al. (2014), ratifica que homens e mulheres negros ainda trabalham, em sua maioria, em empregos informais e precários. Esses autores convergem também no tocante à questão de gênero e à inserção no mercado de trabalho quando afirmam que, em relação aos homens negros, as mulheres negras ocupam situações de trabalhos mais precárias e com menores rendimentos.

Em seu artigo, Castro e Barreto (1992) também refletem sobre os efeitos do mercado de trabalho e da ascensão social no processo industrial, focalizando a seletividade racial como um fator de oportunidade ocupacional. Isso reforça o ponto de vista apresentado no trabalho de Guimarães (2002), que apresenta uma dicotomia entre a indústria e os serviços, e o trabalho informal. Ao analisar que o setor informal incorpora mais mulheres do que homens, ela afirma que a mulher é mais vulnerável no que diz respeito ao mercado de trabalho. A autora refere que, apesar da precarização e da informalidade, os negros são a maior parte da população economicamente ativa, embora enuncie que, quanto à “lógica” da inserção no mercado de trabalho entre negros e brancos, existem dois fatores fundamentais: ocupações que são “típicas” de negros e o leque ocupacional mais vasto para os brancos, o que revela um paradoxo em uma população negra que é a maioria da parcela economicamente ativa.

No tocante ao fator educação, os estudos de Guimarães (2002), e Castro e Barreto (1992) se assemelham, porquanto entendem que, em ocupações técnicas, os brancos ocupam mais as atividades que requerem escolaridade superior, e os homens pretos e os pardos predominam as atividades de nível médio. Quanto ao nível de escolaridade da mulher negra, ela encontra-se em maior nível de escolaridade do que o homem negro.

Portanto, esses dados mostram que outros fatores devem se somar ao fator racial. Guimarães (2002) afirma que não é somente o fator racial que explica as piores remunerações e os piores cargos, mas também fatores sociais mais amplos que podem explicar a relação entre ocupação, rendimentos e racismo.

Souza (2009) demonstra, em seu artigo, que a Lei 14.274/03 é uma necessidade histórica de rever espaços de poder intrinsecamente ligados ao mercado de trabalho e à hierarquização das classes. Seu objetivo é combater as desigualdades históricas no mercado de trabalho, já que a inserção do negro é marcada por uma

trajetória de baixa remuneração, más condições de trabalho, salários inferiores, ocupações manuais com menor rendimento e menor participação em profissões dos setores administrativos e de serviços financeiros.

Souza (2009) ressalta que a relação entre o mercado de trabalho e a mobilidade social atende à conveniente hierarquização “universal” dos traços fenotípicos baseado na cor. Por isso, a lei é importante para manter “igualdade de condições” e promover diversidade e igualdade no mercado de trabalho.

Chadarevian (2011), ao utilizar o índice de hierarquização racial que mede a desigualdade na incorporação de brancos e não brancos à elite ocupacional urbana de um país, representada pelas categorias de empregadores, administradores, gerentes e profissionais liberais e os coeficientes de desigualdade racial e de renda, revela que existe um alto nível de desigualdade racial na base ocupacional do Brasil, principalmente levando-se em consideração as referências às décadas de 1960 e 1980 no Brasil, quando as desigualdades ocupacionais entre grupos sociais, baseados em gênero e raça, se expandiram. Esses índices deixam clara a disparidade entre brancos e não brancos de acordo com a região.

O artigo de Chadarevian (2011) demonstra que quanto maior for a desproporção entre brancos e não brancos no topo da elite ocupacional, maior será a situação de hierarquia racial. Essa constatação é confirmada pelo estudo de Souza (2009), segundo o qual, quanto menor for o número de pessoas negras em cargos de direção, mais se evidenciam a discriminação e o racismo na sociedade.

Para Sousa (2009), o topo da estrutura ocupacional ocupado por gerentes e administradores brancos caracteriza a grande distância entre negros e brancos no tocante ao mercado de trabalho e aos seus aspectos discriminatórios.

Santos et al. (2014) asseveram que tais aspectos discriminatórios podem se apresentar de forma direta e indireta. Direta, quando os impactos estão relacionados às condições salariais, às jornadas exaustivas de trabalho, às ocupações e às posições que ocupam; e indireta, quando se conformam nas discriminações sofridas fora do mercado de trabalho, como as questões de ordem educacional e as qualificações em geral. Os autores afirmam que o discurso sobre as competências do “novo mundo do trabalho” tende a aprofundar as desigualdades entre negros e não negros no mercado de trabalho.

Dessa forma, os artigos que se enquadram nessa categoria revelam a desigualdade entre negros e brancos em termos de ocupação no mercado de trabalho, como também em níveis educacionais, destacando o racismo como estruturante de tais desigualdades.

Porém, apenas Guimarães (2002) e Castro e Barreto (1992) apontam as desigualdades no mercado de trabalho de modo que interseccione as categorias de gênero e raça, muito embora tais desigualdades entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras perfilam uma realidade do mundo do trabalho no Brasil bem mais ampla e complexa.

Incorporar a questão de gênero com o componente racial é fundamental, pois potencializa a análise das desigualdades ocupacionais de trabalho no Brasil. Como mostra a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011), “no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho”.

Diferenças salariais entre negros e brancos: informalidade, precarização e opressão na trajetória do trabalhador negro

Nessa categoria, foram identificados dois artigos que abordam as desigualdades salariais entre negros e brancos e que resultam na constatação da ocupação dos espaços precarizados pelos negros, o que denota as formas de opressão por eles vivenciadas.

O artigo de Silva e Bertoldo (2010) aponta o racismo moderno como apropriação do trabalho humano, um subproduto em que a classe dominante perscruta o trabalhador, “elegendo” o negro para desenvolver trabalhos considerados inferiores e de baixa remuneração, tendo como principal causa a exploração de classes.

Já o artigo de Biderman e Guimarães (2004) aponta as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos e a conformação da discriminação a partir desses dados salariais. Segundo Silva e Bertoldo (2010), o racismo moderno, como uma ideologia de opressão e dominação da vida material, contribui para justificar a exploração da força de trabalho e produzir riqueza e poder. Esse racismo aprofunda as diferenças já tão presentes desde a escravidão e a Revolução Industrial que configuram uma trajetória

de exploração imposta à história do negro no mundo do trabalho. Os autores alertam para o racismo como forma de dividir a classe trabalhadora, o que reflete na informalidade, na precarização e na diferença salarial dos trabalhadores negros.

Biderman e Guimarães (2004) entendem que só as desigualdades salariais não medem a discriminação no mercado de trabalho e que existe uma hierarquia ocupacional de classe em que negros e, principalmente, as mulheres negras estão mais concentradas em ocupações manuais. Tais autores analisaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) concernentes aos anos de 1989 e 1999 com o intuito de avaliar a trajetória de exclusão e de diferenças salariais entre negros e brancos.

Os autores concluíram que essas diferenças estão pautadas em características como cor, gênero e escolaridade. No tocante ao espaço de trabalho propriamente dito, questões como acesso aos postos, benefícios, mobilidade, treinamento e remuneração têm relação direta com a discriminação racial. Porém, há outras condições sociais, como a escolaridade, que impactam nas diferenças salariais sem estarem diretamente ligadas ao quesito cor.

Os resultados da pesquisa mostraram que mulheres negras ocupam melhores condições de trabalho devido ao elevado nível educacional e, portanto, têm rendimentos mais elevados que homens negros. Os autores reforçam que, apesar disso, as condições precárias de trabalho entre homens e mulheres brancos e negros continuam desiguais e incentivam que outras pesquisas poderiam ajudar a compreender como os fatores externos ou sociais também estariam ligados e/ou justificariam a desigualdade salarial. Os autores compreendem que o indivíduo negro inserido informalmente no mercado de trabalho apresenta diversas desvantagens, como a baixa qualificação em relação aos indivíduos brancos.

Nessa categoria, o que nos chama atenção sobre os dois artigos é o apontamento do componente “classe trabalhadora” (hierarquia de classe) como uma questão que aprofunda as diferenças salariais entre negros e brancos. Gostaríamos, entretanto, de afirmar que a classe trabalhadora não é homogênea.

As diferenças em seu interior precisam ser consideradas para que marcadores, como raça e gênero, tenham seu devido valor na determinação das diferenças. Nesse sentido, considerando as informações dos autores supracitados, nos parece

necessário levar em conta nas análises os componentes raça, gênero e classe e que falar de opressão, inclusive das desigualdades de rendimentos, do negro no mercado de trabalho é falar para além da opressão da classe trabalhadora.

Sofrimento psíquico e intolerância: o corpo negro e a estética rejeitada no mercado de trabalho

Os trabalhos agrupados nessa categoria tratam dos impactos da exclusão e da subvalorização do negro no mercado de trabalho e seus efeitos prejudiciais à subjetividade desse trabalhador. Dos artigos pesquisados, quatro foram inseridos nessa categoria e abordam, direta ou indiretamente, questões relacionadas a aspectos como: autoestima, danos emocionais, sentimentos que remetem à inferioridade, à incapacidade e à percepção depreciativa de si.

Reis Filho (2006) assevera que, no mercado de trabalho, o sofrimento psíquico pode ganhar força nas relações de discriminação ocupacional, salarial e imagética a que estão submetidos os trabalhadores negros. Além disso, o autor afirma que a questão do negro, no Brasil, como um sintoma tanto social como individual, acarreta sofrimento psíquico. Essa questão é refirmada por Zamora (2012), ao afirmar que a lógica racista e opressiva no mercado de trabalho impacta no processo de subjetivação. Para Zamora, artifícios de segregação operam e causam sentimentos de solidão, inferioridade, incapacidade, dependência e culpa quando os negros tentam novas formas de acessar o mundo e o trabalho. Segundo o autor, espera-se que eles se mantenham em lugares subalternizados e em trabalhos informais e mais precários.

Os artigos de Santos e Scopinho (2011) e Cecchetto e Monteiro (2006) falam das repercussões psicológicas e sociais que afetam jovens negros devido à dificuldade de ingressarem no mercado de trabalho por serem jovens negros e de enfrentarem índices elevados de desemprego.

Santos e Scopinho (2011) afirmam que o fato de vivenciarem o desemprego faz com que tenham uma imagem negativa de si mesmos e expressem sentimentos de inferioridade. Nesse contexto, as várias modalidades de exclusão os atingem de diferentes formas e intensidades. Os autores asseguram que os jovens negros têm muita dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, porquanto são alvos de discriminação racial no preenchimento

de vagas e tem menos qualificação profissional, o que provoca neles problemas psíquicos e sentimentos de vergonha e de incapacidade.

Para Cecchetto e Monteiro (2006), que fizeram uma pesquisa com 42 jovens negros, a sociabilidade é um dos fatores importantes para minimizar os efeitos danosos às subjetividades dos jovens negros. Ao resgatar as histórias vividas por jovens negros em projetos sociais voltados para a cidadania e para a capacitação profissional, as autoras destacaram a importância da participação deles nesses projetos no tocante à afirmação identitária e à própria valorização, justificando que as redes sociais de proteção colaboram para que se qualifiquem para o mercado de trabalho e enfrentem o racismo. Na pesquisa realizada pelas autoras, algumas dimensões afetivas e relacionadas à saúde foram apontadas como reflexo da exclusão do mercado de trabalho e geradoras de impacto negativo na subjetividade, como a interiorização de sentimentos de humilhação, constrangimento, tristeza e mal-estar. Apesar de relatarem realidades parecidas entre esses jovens que moram na mesma localidade e participam dos mesmos programas sociais, as autoras constataram que suas experiências subjetivas são heterogêneas e que a participação em programas sociais e as hierarquias de raça, classe e gênero modificam o impacto do racismo nas vivências individuais e coletivas.

Considerando nesta categoria a dimensão do sofrimento relacionado ao trabalho, Dejours (2011) compreende que o trabalho é tanto subjetivo como intersubjetivo. A não observação da característica subjetiva do trabalho acarreta danos à saúde psíquica do sujeito, levando os trabalhadores a sofrerem e a resistirem em seu sofrimento fazendo uso de estratégias de defesa capazes de ocasionar danos à produtividade e consequências desastrosas à saúde mental dos agentes.

Logo, os estudos dos autores inseridos nesta categoria reconhecem os riscos dos danos psíquicos que o trabalhador negro e jovem enfrenta quando confrontado com o racismo no mercado de trabalho. Porém, nestes artigos, em razão de seus objetivos, não foi discutido o racismo como elemento potencializador ou entrave para as relações intersubjetivas de trabalho.

Entendemos que o racismo pode repercutir negativamente na criatividade e, principalmente, na mobilização subjetiva do trabalhador negro. Para Dejours (2011), a mobilização subjetiva é fundamental para que o sujeito resista aos constrangimentos do trabalho. A mobilização subjetiva autoriza a transformação

do sofrimento a partir de uma operação simbólica que resgate o sentido do trabalho.

Colocar em evidência as dificuldades da mobilização subjetiva do trabalhador negro diante do racismo nas situações de trabalho é fundamental para compreender como as vivências prolongadas de racismo podem endereçar ao um sofrimento patogênico que desencadeia o adoecimento. Segundo Dejours (2007), o sofrimento pode se tornar patogênico quando o sujeito não encontra oportunidade de negociação entre a organização de trabalho e os seus conteúdos subjetivos, ficando impossibilitado de exercer sua capacidade criadora e persistindo a vivência do fracasso que, ao prolongar-se, pode comprometer a saúde. Esta tarefa de mostrar como o racismo faz parte das situações de trabalho e como ele repercute no viver junto e na saúde dos negros está ainda por se cumprir.

Docência: o racismo no interdito das relações escolares

Essa categoria surgiu da quantidade importante de artigos que apontavam o docente negro como um trabalhador cuja trajetória profissional apresenta questões de enfrentamento do racismo no ambiente de trabalho.

Os artigos que abordam o trabalho do docente negro a partir dos descritores “trabalho” e “racismo” na busca nas bases de dados partem de algumas premissas. Uma delas é a de que a escola não é um espaço neutro. Quando a adentramos, os conflitos sociais e raciais não ficam do lado de fora. A escola é um ambiente sociocultural onde estão presentes os conflitos e as contradições. A discriminação racial e de gênero faz parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira e está presente nas relações entre educadores/as e educandos/as (Gomes, 1996).

Outro fator que traduz a relevância de artigos que relacionam o negro à docência é a maior prevalência dos professores negros(as) na educação básica. Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000) apresenta alguns dados acerca do ingresso de mulheres negras e de homens negros no magistério e no ensino básico. Os dados do Censo Demográfico de 2000 revelam importantes desigualdades baseadas no sexo e na cor na análise da categoria profissional de professor. O ensino fundamental é verdadeiramente feminino numa proporção ainda maior para as mulheres negras (70,2% para 53,5% das brancas); depois vêm os homens negros, que também estão nesse nível de ensino numa maior proporção que os homens brancos

(duas vezes mais). Tamanha expressividade ocupacional do(a) negro(a) na educação básica se deve ao ingresso da mulher negra no magistério. Quando esta adentra esse campo, ele já não é o mesmo de outrora, pois há uma intensa situação de desvalorização do magistério enquanto campo profissional e uma incontestável decadência em torno da remuneração.

Percebe-se que à medida que acontece a inclusão dos(as) professores(as) negro(as) neste espaço educacional há uma sequência de acontecimentos, políticos e sociais que resultam na desvalorização do magistério (Gomes, 2000).

No que diz respeito ao trabalho e à negritude, dos artigos da amostra final, sete apresentam à docência como uma área significativa nas relações intersubjetivas do trabalho e dos aspectos raciais.

Carvalho (1999), com base em um estudo realizado com uma professora negra das séries iniciais de uma escola pública, apresenta o sentimento externado por uma professora sobre a prática pedagógica, as situações de racismo e seu isolamento social. Ele afirma que a professora enfrentou o desprezo de suas opiniões no grupo de professores da escola estudada e conviveu com a expectativa da comunidade escolar que idealizava uma professora branca, carinhosa e empática, portanto, com um ideal de “feminilidade”, de branquitude e da relação de cuidado na prática pedagógica.

Carvalho e Silva (2014) investigaram a trajetória de uma docente negra do ensino superior que enfrentava uma dupla discriminação: de gênero e de raça. Elas constataram a singularidade e a raridade da presença, quando não a falta, de docentes negros nas universidades públicas brasileiras.

De acordo com as autoras, as mulheres negras enfrentam constantemente discriminação no que diz respeito a sua ascensão como professoras por estarem diante de uma instituição marcada por valores seletivos de mérito e de êxito, em que se deparam com a solidão, a invisibilidade e a discriminação de raça e de gênero, embora estejam marcadas pelo sucesso acadêmico. A discriminação contra essas mulheres é evidenciada em sua trajetória profissional, já que, antes de galgar esse posto, ocuparam cargos auxiliares, como de secretária.

Em uma pesquisa sobre as histórias de vida de dez professoras negras de inglês dos ensinos fundamental e do médio, Cruz e Ramos Júnior (2013) objetivaram mostrar o quanto as professoras sofrem discriminação racial e como criam estratégias para combatê-las.

O artigo retrata as experiências frustrantes e, não raras vezes, humilhantes e traumatizantes de preconceito e discriminação que as docentes enfrentam em relação a seu gênero, raça ou sua origem nordestina. As autoras assinalaram a precarização da profissão de professor, o que contribui para que esses profissionais ocupem um lugar inferior na hierarquia social das profissões. Uma constatação desta pesquisa foi o estigma social enfrentado pelas professoras negras que lecionam inglês em seu dia a dia. A comunidade escolar estranha ao ver uma docente de pele escura lecionar uma língua que é representada, ideologicamente, como a falada e estudada pela elite branca.

Nesse estudo, as autoras constataram que as professoras negras se sentem imbuídas da necessidade de superar seu próprio desempenho para que possam ser aceitas socialmente e demonstrar que merecem respeito. Esse mecanismo alerta para as diversas formas como o sujeito negro é subjugado silenciosamente em relação a sua capacidade e competência.

Ferreira (2009) investigou as histórias de vida de professores negros e brancos que ensinam línguas estrangeiras no ensino fundamental e médio pautadas em suas vivências com as questões étnico-raciais e no modo pelo qual as experiências com o racismo se conectam com as identidades dos professores e pelo qual acabaram se desdobrando no contexto escolar. A autora argumenta que as experiências de vida dos professores podem colaborar para entender a questão do racismo no ambiente escolar e reforçar comportamentos de combate ao preconceito nas situações vividas assim como o preparo dos professores para lidarem com a questão.

De acordo com o constatado na pesquisa, as experiências vividas pelos professores negros no tocante à discriminação ao longo da vida retratam a internalização de imagens estereotipadas e o quanto a discriminação é capaz de afetar aspectos da vida profissional. Segundo a autora, a escola não é um território neutro, porquanto é onde os conflitos surgem, impostos pelos padrões de currículo, conhecimento, comportamento e de estética.

Nas experiências dos professores brancos apresentadas pela autora, estes reconhecem que há o privilégio da cor da pele, pois no sistema educacional se considera que os professores brancos têm uma capacidade intelectual superior aos dos professores negros. Tal pensamento acaba revelando uma sociedade que configura como norma a capacidade de inteligência endereçada apenas às pessoas brancas.

Ferreira e Camargo (2011) investigaram a construção da identidade de uma professora negra de uma escola pública afetada pelas relações de trabalho, a fim de demonstrar que a escola e o trabalho são territórios em que o preconceito racial é retroalimentado. O estudo, por meio dos relatos da professora, enfatiza que o silenciamento é um artifício para encarar o preconceito racial na comunidade escolar. Os autores argumentam que, com essa estratégia defensiva, a professora se mantém em silêncio diante das condutas racistas na escola. A estratégia de defesa permite a internalização de estereótipos negativos de si, reforçados no universo escolar e manifestados por sentimentos de vergonha e de culpa que impedem reações de enfrentamento e de autonomia.

Assim, o silêncio ante ao racismo é um elemento que impossibilita as experiências coletivas como lugar de construção identitária construída por meio do intercâmbio entre o individual e o coletivo, fragilizando a relação entre o conjunto de profissionais no âmbito da escola. Compreendemos que este estudo apresenta um feixe de luz para se entender o racismo nas situações de trabalho. O silenciamento como estratégia de defesa é, paradoxalmente, uma ação subjetiva para enfrentar os constrangimentos do trabalho. Estudá-lo é uma empreitada premente.

Silva (2012), apoiado na história oral e no paradigma do professor reflexivo como metodologia de seu estudo, relata sua experiência como professor negro da educação infantil com o fim de entender os entraves e os preconceitos que permeiam sua prática pedagógica na escola pública. Tendo como ponto de partida suas vivências durante o magistério, o autor busca, nas falas informais dos colegas docentes, as reações dos pares sobre a consciência e a identidade negra e as impressões veladas do racismo e do sexismo.

No artigo, ele expõe as recorrentes falas de rejeição e discriminação do professor homem e negro pelos pares na educação infantil como o não lugar, ancorado na percepção social da feminilidade e da branquitude da profissão de professor das séries iniciais. Nesse sentido, o autor, ao mesmo tempo que revela as práticas sexistas e racistas na educação infantil que tendem a facilitar a naturalização das desigualdades de cor e gênero, também reivindica um posicionamento dos professores para entenderem seus papéis de contrassilenciadores do racismo e do sexismo existentes tanto nas escolas de ensino infantil como na educação em geral.

Esse artigo apresenta outro elemento das situações de trabalho que produzem sofrimento ao professor negro: a falta de rejeição do racismo pelos pares. Essa falta ou seu inverso direto, o exercício do racismo pelos pares, são aspectos da organização do trabalho que impedem a dinâmica do reconhecimento (Dejours, 2012).

Os trabalhos de Carvalho (1999), Cruz e Ramos Júnior (2013), Ferreira (2009) e Ferreira e Camargo (2011), e Silva (2012) corroboram a existência de um ideal de professor projetado pela sociedade segundo o qual o professor negro é conformado por seus componentes imagéticos de acordo com os estereótipos negativos compartilhados socialmente e que marcam a história de vida desses professores. Essa concepção contribui, como apontam os últimos autores, para a construção deturpada da autoimagem e provoca silenciamentos como um “episódio-ápice” do racismo nas relações de trabalho do universo escolar.

O estudo de Brito (2011) relata uma situação vivida por uma estudante negra do curso de pedagogia durante um estágio curricular em uma escola particular de educação infantil que ilustra o desafio de se viver as questões étnico-raciais na escola. Com essa pesquisa, o autor refere que uma das alternativas para o enfrentamento das discriminações e dos silenciamentos no espaço educacional e nas relações cotidianas são as ações político-pedagógicas ressignificantes da formação identitária brasileira, principalmente em relação às questões étnico-raciais. Para isso, o autor destaca a aprovação da Lei 10.639/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de integrar a temática da história do continente africano e das culturas afro-brasileiras no currículo das escolas de educação básica. A implementação dos preceitos dessa legislação pode funcionar como uma forma de ressignificar as desigualdades históricas que colocam a população negra em condições de desvantagem estrutural.

Isso pode ser o início de mudanças das situações de trabalho vivenciadas nas escolas que são portadoras de estigmas e de preconceitos contra a figura do trabalhador negro, o que caracteriza um desafio para o currículo de formação de professores e para as atividades pedagógicas.

Os estudos dos autores inseridos nessa categoria trazem à tona a importância de falar sobre o impacto do racismo nas relações de trabalho dos professores negros e a expressão traumática desta experiência. Mostra, ainda, o quanto necessitamos avançar na

compreensão do racismo que atravessa as situações de trabalho do professor negro e que veladamente se instala no cotidiano de trabalho.

Para Dejours (1999), essa resistência à opressão no trabalho e ao próprio sofrimento podem ser ressignificados no espaço público de discussão no trabalho. Segundo Dejours (1999), o espaço público de discussão é um lugar de debate entre os trabalhadores, legitimado e validado pelo coletivo, em que eles podem problematizar e elaborar questões relacionadas ao trabalho de forma confortável, possibilitando que a palavra circule livremente, sendo um espaço que recupera os vínculos afetivos, a solidariedade e a cooperação.

Esse espaço público de discussão pode ser o espaço em que professor negros possam pensar na realidade vivida e reconstruir suas histórias individuais e coletivas no ambiente escolar, propiciando sua ressignificação, que só é viável a partir da reapropriação da vontade de emancipação dos professores negros dentro do espaço escolar.

Os artigos abordados nesta categoria apontam que o negro tem se desdobrado para ocupar seu lugar enquanto docente, embora de forma individual e com elaboração de estratégias que não mudam a realidade do racismo. Entretanto, sem estas estratégias estariam fadados a deixar a profissão ou ficariam doentes. Concordamos com Brito (2011) não compreensão de que é preciso intensificar a formação identitária brasileira em relação ao racismo. Intento coletivo que começa na escola.

Considerações finais

Quanto aos objetivos dos artigos selecionados, verificou-se que eles pretenderam retratar, além do racismo e das desigualdades no mercado de trabalho, os desdobramentos dessas desigualdades, como: as dificuldades de inserir o negro no mercado de trabalho formal, os padrões distintos de rendimentos entre negros e brancos, as dificuldades de ascensão social do trabalhador negro, a necessidade de relacionar as categorias de gênero e raça como um agravante da discriminação nas relações de trabalho e as estratégias de luta para enfrentar e superar as desvantagens sociais e laborais.

As análises dos artigos encontrados contemplaram uma associação do sofrimento à exclusão do mercado de trabalho, ao desemprego e aos acontecimentos da história de vida de um modo geral. Além do mais, eles mencionam as repercussões do racismo como provocadoras de sofrimento psíquico para o

trabalhador negro em razão dos aspectos da organização do trabalho. Verificou-se uma concentração dos artigos abordando o setor de serviços, em especial, a realidade das escolas.

Em sete dos estudos, que são tanto empíricos quanto teóricos, detectamos referência à discriminação racial direta sofrida por profissionais negros da área docente devido à uma suposta referência intelectual que o papel de mestre tem e do qual o sujeito negro é constantemente relegado, situação que não se encontra nos outros estudos desta revisão sistemática que retratam a realidade de trabalhadores inseridos em outras profissões e/ou ocupações, como em bacias petrolíferas, em indústrias e em serviços informais.

Destacamos que estes dados demonstram que o espaço escolar, além de indispensável para a sociabilidade e para a organização da identidade do sujeito desde a infância, é, paradoxalmente, um dos ambientes em que o preconceito racial nas relações de trabalho e na sociedade é mais desenvolvido e alimentado. Isso ocorre tanto por conta do ensino nas escolas de conteúdo racista, bem como devido à transmissão de preconceitos nos processos sociais nos quais o indivíduo está inserido dependendo de sua posição na sociedade (Ferreira & Camargo, 2011).

Como já referido, o objetivo deste artigo foi o de expor um quadro geral acerca dos temas do trabalho, racismo e sofrimento psíquico. Evidenciamos a produção existente de artigos a partir da década de 1990 sobre os temas e seus desenvolvimentos. Apesar da vastidão de assuntos relacionados à temática racial no trabalho, ainda é incipiente o número de estudos que façam um nexo causal entre esses três componentes. Esta limitação dos resultados coloca um desafio para os pesquisadores que estudam a questão, mas que

não atinaram ainda para sua articulação. Alertamos que as demandas psíquicas que circundam as relações de trabalho do indivíduo negro se constituem como um território fecundo de investigação.

Verificamos a necessidade de se pesquisar mais sobre o tema do racismo nas situações de trabalho para que se possa evidenciá-lo como elemento, em conjunto com outros existentes no ambiente de trabalho e nas relações intersubjetivas, que pode tornar o trabalho tanto um espaço de criatividade e prazer como um lugar de adoecimento físico e mental.

Dizendo de outro modo, é necessário, nas análises sobre a organização do trabalho e suas repercussões sobre a vida do trabalhador, levar em consideração os aspectos das relações sociais demarcadas pela raça das pessoas que trabalham. Deste modo, pretendemos contribuir com as análises psicodinâmicas do trabalho, inserindo o racismo como elemento possível de produção de sofrimento patogênico. Dejours (2012, p. 59) afirma que “o trabalho, às vezes, implica enfrentar constrangimentos deletérios para a saúde física e mental” e cita, entre as possíveis situações de trabalho que podem afetar a saúde dos trabalhadores/as, aquelas que envolvem a discriminação contra pessoas pertencentes a minorias.

Nesse sentido, sugere-se que a psicologia possa contribuir, de maneira mais enfática, com pesquisas que abordam as questões étnico-raciais e sua relação com o trabalho e que atente para as situações capazes de causar sofrimento para o trabalhador negro que carrega uma história singular de discriminação racial e de destruição de sua identidade étnica. As pesquisas devem abarcar um leque maior de setores de trabalho para que se possa evidenciar a realidade diversa e complexa desta problemática.

Referências

- Biderman, C., & Guimarães, N. A. (2004). Na ante-sala da discriminação: O preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, 12(2), 177-200. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200011>
- Brito, J. E. (2011). Educação e relações étnico-raciais: Desafios e perspectivas para o trabalho docente. *Educação em Foco*, 14(18), 57-74. <https://doi.org/10.24934/eef.v14i18.231>
- Carvalho, M. P. (1999). A história de Alda: Ensino, classe, raça e gênero. *Educação e Pesquisa*, 25(1), 80-106. <https://doi.org/10.1590/S1517-97021999000100007>
- Carvalho, M. P. & Silva, V. A. (2014). Ser docente negra na USP: Gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente. *Póieses*, 8(13), 30-56. <https://doi.org/10.19177/prppge.v8e13201430-56>
- Castro, N. A., & Barreto, V. S. S. (1992). Os negros que dão certo: Mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 9(2), 138-154. https://www.rebep.org.br/revista/article/view/504/pdf_479

- Cecchetto, F., & Monteiro, S. (2006). Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Brasil: A perspectiva masculina. *Revista Estudos Feministas*, 14(1), 199-218. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100011>
- Chadarevian, P. C. (2011). Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. *Revista de Economia Política*, 31(2), 283-303. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200007>
- Cruz, S. E., & Ramos Júnior, D. V. (2013). Eu era a única professora negra na escola de inglês: História de vida de professoras negras de Imperatriz – MA. *Antares: Letras e Humanidades*, 5(10), 59-75. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewFile/2012/1492>
- Dejours, C. (1994). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. Atlas.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Editora da FGV.
- Dejours, C. (2007). *O fator humano* (5a ed.). Editora da FGV.
- Dejours, C. (2011). Sofrimento e prazer no trabalho: A abordagem da psicopatologia do trabalho. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 167-183). FioCruz; Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: Trabalho e emancipação*. Paralelo 15.
- Dejours, C., Jayet, C., & Abdoucheli, E. (1994) *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana a análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2013). *Os negros no trabalho*. <https://www.dieese.org.br/analisedped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>
- Ferreira, A. J. (2009). Histórias de Professores de Línguas e Experiências com racismo: Uma reflexão para a formação de professores. *Espéculo*, 42(4). <https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero42/racismo.html>
- Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), 374-389. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>
- Figueiredo, A. (2004). Fora do Jogo: A experiência dos negros na classe média brasileira. *Cadernos Pagu*, (23), 199-228. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200007>
- Gomes, N. L. (1996). Educação, raça e gênero: Relações imersas na alteridade. *Revista Cadernos Pagu*, (6/7), 67-82.
- Gomes, N. L. (2000). *Mulheres negras e educação: Trajetórias de vida, histórias de luta* [Artigo apresentado]. I Simpósio Internacional: O desafio da diferença, articulando gênero, raça e classe, Salvador, BA, Brasil.
- Gonçalves, H. A. (2005). Manual de metodologia da pesquisa científica. Avercamp.
- Guimarães, N. A. (2002). Os desafios da equidade: Reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*, (17/18), 237-266. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100009>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Censo Demográfico 2000: Características gerais da população: resultados da amostra*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/83/cd_2000_caracteristicas_populacao_amostra.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011). *Retrato das Desigualdades Gênero e Raça*. <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>
- Koller, S. H., Couto, M. C. P., & Hohendoff, J. V. (2014). *Manual de produção científica*. Penso.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. ArtMed.
- Martins, T. C. S. (2014). Determinações do racismo no mercado de trabalho: Implicações na “questão social” brasileira. *Temporalis*, 28, 113-132. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p113-132>
- Pasquali, L., Szenészi, G. V., Santos, J. R. C., Ferreira, M. S. (1981). Satisfação na tarefa, auto-estima e dificuldade da tarefa: um modelo explicativo. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 21, n. 3, p. 53-57, 1 jul.
- Reis Filho, J. T. (2006). Negritude e sofrimento psíquico. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 185, 150-156.
- Rocha, G., & Brandão, A. (2013). Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. *Katáls*, 16(2), 196-204. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200005>

- Santos, E. F., & Scopinho, R. A. (2011). Fora do Jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(spe.), 26-37. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004
- Santos, S. L., & Silva, L. (2013). À luz da raça na empresa de petróleo. *Vértices*, 15(1), 113-125. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.20130010>
- Santos, E. F. S., Diogo, M. F., & Shucman, L. V. (2014). Entre o não lugar e o protagonismo: Articulações entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 17-32. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i1p17-32>
- Silva, C. R. (2012). Vivências iniciantes de um professor negro na educação infantil. *Revista África e Africanidades*, 4(16), 1-19. http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/16-17_03.pdf
- Silva, J. B., & Bertoldo, M. E. (2010). O racismo como subproduto da sociedade de classes. *Espaço Acadêmico*, 10(112), 108-113. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10666/5975>
- Souza, M. G. (2009, setembro). *Ações afirmativas: Inclusão de negros no mercado de trabalho por "cotas raciais" e o significado de sua presença nos estabelecimentos públicos do Paraná* [Artigo apresentado]. I Seminário de Sociologia e Política da UFPR, Curitiba, PR, Brasil.
- Zamora, M. H. R. N. (2012) Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(3), 563-577. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>

Ana Verônica de Alencar

Psicóloga e mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande – PB. Brasil.

E-mail: veronicauepb@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0534-8797>

Edil Ferreira da Silva

Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, Campina Grande – PB. Brasil.

E-mail: edilsilva@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0919-5743>

Endereço para envio de correspondência:

Rua Sargento George Teles Sampaio, 1465, Bairro Independência. CEP: 63119-010. Crato – CE. Brasil.

Recebido 18/02/2018

Aceito 23/09/2019

Received 02/18/2018

Approved 09/23/2019

Recibido 18/02/2018

Aceptado 23/09/2019

Como citar: Alencar, A. V., & Silva, E. F. (2021). Revisão sistemática sobre Trabalho, Racismo e Sofrimento Psíquico no contexto brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>

How to cite: Alencar, A. V., & Silva, E. F. (2021). Systematic review about Work, Racism and Psychic Suffering in the Brazilian context. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>

Cómo citar: Alencar, A. V., & Silva, E. F. (2021). Revisión sistemática sobre Trabajo, Racismo y Sufrimiento Psíquico en el contexto brasileño. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>